

**Breves notas em torno de uma memória:
a Padeira de Aljubarrota, um tema de estudo**

A oportunidade de escrever sobre a Padeira de Aljubarrota surgiu no nosso percurso como um desafio que nos permitiu – porque o tema diz respeito a uma referência a nível nacional – conhecer a história de uma mulher envolta por uma enorme carga simbólica. Trata-se, inevitavelmente um tema de estudo controverso, polémico e, por isso mesmo, merecedor de uma reflexão. Não trazemos, no entanto, para esta ocasião, um trabalho inovador, mas tão somente uma breve apresentação das linhas gerais que seguimos para a elaboração da obra *A Padeira de Aljubarrota*, entre o ontem e hoje, de recente publicação¹.

Esta é uma figura com uma projecção inegável dada a sua íntima ligação a um dos mais emblemáticos momentos da história portuguesa – a Batalha de Aljubarrota – pelo que nos pareceu pertinente, por ocasião das VI Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval, subordinadas ao tema “*A Guerra e a Sociedade na Idade Média*”, apresentar alguns dos passos dados na senda deste personagem,

Assim, tendo como referência esta Batalha e o que ela significou em termos da evolução da história portuguesa posterior, ocorre, num primeiro momento, um sentimento de júbilo ao escutar o que se conta sobre esta *forneira*, uma vez que os actos que lhe são imputados congregam todo o sentir de um povo, ainda amedrontado pela possibilidade da perda da independência, no rescaldo da vitória sobre as tropas de Juan I de Castela.

Ao fazermos o percurso inverso, isto é, se somente nos centrássemos nesta Padeira, conhecida por Brites de Almeida, esvaziando-a ou deslocando-a da sua acção nos campos de batalha, o nosso objectivo ficaria pela consideração exclusiva e redutora da lenda que a envolve e perderia todo o sentido. A sua ligação a um momento histórico fundamental em que Portugal consolida a sua independência como reino confere-lhe uma credibilidade que ultrapassa a lenda em si mesma e justifica, assim, a nossa atenção. Aceitando esta premissa, é possível que se torne mais claro que a apropriação de temas simbólicos

¹ Agradecemos à Fundação Aljubarrota que, ao endereçar um convite para a redacção de um livro intitulado *A Padeira de Aljubarrota, entre ontem e hoje*, Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008, nos permitiu estudar o tema nas suas mais variadas vertentes. De aqui em diante, esta obra que seguimos de perto, será citada por Maria Cristina Gomes Pimenta, *A Padeira de Aljubarrota*, seguida da página em questão.

como este, é de facto, imprescindível para se poder perceber a identidade do ser português até porque, no caso vertente, este episódio ganha maior impacto quando se verifica que a imagem da Padeira se vai formando com maior nitidez sempre que o Reino atravessa situações adversas à vontade e ao querer dos Portugueses.

Tendo sido este o nosso ponto de partida, importa lembrar ao leitor o que tradicionalmente se diz e conta acerca da Padeira de Aljubarrota.

Brites de Almeida, uma mulher natural de Faro, cidade onde cresceu e desenvolveu, desde cedo, uma apetência para o conflito e a luta de rua, vai ver-se envolvida em estranhas aventuras além-mar. Cativeira de mouros, mas, ainda assim, conseguindo escapar sã e salva, retorna a Portugal dando à costa na Ericeira. Passou a exercer o ofício de padeira em Aljubarrota e, por ocasião do 14 de Agosto de 1385, já no rescaldo da Batalha, encontra alguns castelhanos esfomeados que, certamente procurariam pão para comer. Apercebendo-se da sua presença, pegou na pá e matou, pelo menos sete. Depois com o reino em paz, terá encontrado uma vida mais pacífica ao lado de um lavrador.

Perante este breve relato que sintetiza o que de mais conhecido foi divulgado em Portugal através das mais diversas abordagens literárias² a respeito do personagem, a questão que se pode colocar é o que significa haver quem acredite nesta versão biográfica, o que significa ainda hoje haver quem conheça bem esta história, ainda que analise com reservas a sua veracidade e o que significa, ter ficado esta Padeira num honrado 51º lugar no ranking dos *Grandes Portugueses*³?

Perguntas de resposta difícil ou mesmo impossível para as quais, seguindo de perto a formação deste tema, tentaremos ensaiar alguns apontamentos explicativos.

Alguns traços da formação do tema

Fernão Lopes⁴ narrou *o tempo de Aljubarrota*, pelo que parece prudente tentar procurar nos seus escritos, tomados como fonte documental privilegiada, a raiz deste tema. O cronista em causa escreve sobre a *Batalha Real* e sobre a vitória dos portugueses, uma vitória que se tornou num momento imaculado da história lusitana e que acabou por fomentar a preservação de muitas memórias ao seu redor: a figura do Rei, da Rainha, da descendência

² Desde o clássico trabalho de Diogo da Costa, *Auto novo e curioso da forneira de Aljubarrota em que se contem a vida e façanhas desta valorosa Matrona*, Lisboa, Officina de Francisco Borges de Sousa, 1761 (republicado em Lisboa, Esfera do Caos, 2006, pp. 49-66), a Faustino da Fonseca, *A Padeira de Aljubarrota*, Lisboa, Typ. Lusitana Editora, 1901, até Afonso do Paço, *Do lendário da Batalha de Aljubarrota*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1960, entre muitos outros títulos.

³ <http://www.rtp.pt/wportal/sites/tv/grandesportugueses/index.php> [pesquisa de 28.3.2009]. Cf. Maria Cristina Gomes Pimenta, *A Padeira de Aljubarrota*, p. 9.

⁴ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Porto, Livraria Civilização, 1983.

de ambos, do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, e da dinastia de Avis⁵. Por isso, Fernão Lopes, no capítulo XLVIII da sua *Crónica de D. João I* não esquece uma menção às determinações da cidade de Lisboa pelas quais se ordenava anualmente a realização de procissões em memória dos feitos de 14 de Agosto de 1385⁶.

Celebrado regularmente o feito pelos séculos seguintes⁷, não é difícil acreditar no sentimento de apego por esta Batalha, no entanto, circunscrito unicamente à memória do feito de armas e ao enaltecimento do Rei e da sua *entourage*. Não se menciona, que tenhamos conhecimento, qualquer alusão à Padeira de Aljubarrota.

O próprio cronista aponta um breve comentário centrado no rescaldo da Batalha, onde descreve "... huñ rustiquo aldeão [que] prendia e matava sete castelaões e oito e dez e nnão tinhaõ poder de lhe comtradizer"⁸. A despeito da simplicidade da frase e, mais ainda, a despeito da normalidade que tais comportamentos encerram em cenários de guerra, é provável que este dito de Lopes possa estar na origem da formação da lendária Padeira, como já foi sugerido no estudo em parceria de Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro⁹.

⁵ Sobre este conjunto de referenciais pode ler-se, entre muitos outros: "Aljubarrota – Memória Local e Memória Nacional", *Actas do Encontro A Construção Social do Passado*, Lisboa, A.P.H./Fundação Calouste Gulbenkian/ /F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, 1987; Armindo de Sousa, "A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica", *Studium Generale*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1984, pp. 417- 487, João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota Revisitada* (coordenação), Coimbra, Imprensa da Universidade, 2001; idem, Aljubarrota. *A Batalha Real*, Lisboa, Tribuna da História, 2003; "Nova História Militar de Portugal", volume I, (em colaboração com Mário Jorge Barroca e Luís Miguel Duarte), Lisboa, Círculo de Leitores, 2003-2004; Luís Adão da Fonseca, *Inclita Geração Altos Infantes* (Lusiadas. IV. 50). Algumas considerações sobre a importância das circunstâncias históricas na formação de um tema literário", in *IV Reunião Internacional de Camonistas. Actas*, Ponta Delgada, 1984, pp. 295-302; idem, *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1986; idem, "Le Portugal entre la Méditerranée et l'Atlantique au XVe siècle", *Arquivos do Centro Cultural Português*, Lisboa/Paris, vol. XXVI, 1989, pp. 145-160, idem, «A primeira expansão», in *Memória de Portugal. O milénio português* (coord. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 230-231; pp. 234-235; pp. 245-246; pp. 248-249, idem, "Política e Cultura nas relações luso-castelhanas no século XV", in *Península. Revista de Estudos Ibéricos (Entre Portugal e Espanha. Relações Culturais (séculos XV-XVIII) - In Honorem José Adriano Freitas de Carvalho*, nº 0, Porto: Instituto de Estudos Ibéricos/Faculdade de Letras do Porto, 2003, pp. 53-61, Maria de Fátima Marinho, *O Sonho de Aljubarrota*, Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008, Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, Saúl Gomes, *A Batalha Real*, Fundação Batalha de Aljubarrota, 2008.

⁶ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, vol. II, p. 130. Durante a celebração do 52º aniversário da vitória em Aljubarrota presenciou-se o milagre da cera, alento para a partida para Tânger. Conta-nos Luís Miguel Duarte (*D. Duarte*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 243) que este milagre consistiu no seguinte: durante a celebração, "Ardiam centenas de tochas e de círios. Ora, quando a cerimónia acabou, foi-se pesar a cera – e achou-se que esta pesava mais do que quando se acenderam os pavios". A recordação do aniversário da Batalha, na sua dimensão evocativa, não foi interrompida durante o século XV, mas já nos reinados de D. João II e D. Manuel. Cf. *Itinerários de El-Rei D. João II (1481-1495)*, prefácio, compilação e notas de Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1993, p. 73 e "Sermón de Aljubarrota, con las glosas de D. Diego Hurtado de Mendoza", *Sales Españoles al Agudezas del Ingenio Nacional*, (recojidas por António Paz y Meliá), tomo CLXXVI, 2ª ed. De Ramon Paz, Madrid: 1964, p.48, respectivamente.

⁷ Isabel João, "Percurso da Memória: centenários portugueses no século XIX", *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, nº 8 (Janeiro-Março), Lisboa, Instituto Camões, 2000, p. 125: "A procissão comemorativa da batalha de Aljubarrota realizou-se anualmente ao longo dos séculos XV e XVI e foi restaurada por D. João IV em 1641, sendo ainda respeitada em 1820".

⁸ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, p. 114.

⁹ "Aljubarrota – Memória Local e Memória Nacional", *Actas de Encontro "A Construção Social do Passado"*, Associação de Professores de História, 1992, p. 289-296.

Pouco mais de um século depois de Lopes escrever a *Crónica de D. João I*, começam a encontrar-se menções explícitas à Padeira de Aljubarrota em escritos de origem diversa, facto que, forçosamente, veio alterar a atenção que tivemos de dispensar a estas notícias.

Data do reinado de D. João III um texto¹⁰ que menciona a habitual cerimónia do dia 14 de Agosto, neste caso, celebrada no ano de 1545, no qual se acrescenta uma menção a uma "...hornera de Albaydos¹¹ que traía por armas la pala del horno, com la qual afirman sola ella haber muerto catorze castellanos..."¹². O autor deste registo, Diego Hurtado de Mendonza, diplomata e poeta, na época de passagem por Portugal, anotou estas palavras proferidas por Frei Francisco de "Valle de Olivenza", um frade de observância agostiniana, residente em Lisboa.

Como já se referiu nestas notas, discursos enaltecedores em memória de Aljubarrota foram sendo preservados por todo o século XV e, não constitui novidade a sua manutenção no século XVI. O que torna este registo importante para os nossos objectivos é o facto de não integrar unicamente referências à Batalha, mas, também, às acções de uma Padeira. Dado o cariz da oratória do frade, perdemos de vista o discurso de Fernão Lopes, uma vez que de um aldeão/homem descrito pelo cronista, aparece agora uma padeira/mulher, alterando-se, também, no número os castelhanos mortos¹³.

Este facto pode, até, considerar-se, sem dificuldade, uma alteração de pormenor – com efeito, não levanta qualquer espanto colocar uma mulher no rescaldo de uma batalha, nem contraria a acção praticada (a morte de um número de castelhanos) a escolha de uma padeira, uma mulher cuja profissão¹⁴ exigia robustez e força física. Por outro lado, na época em que este discurso se situa, o século XVI, o tema do apego feminino às armas e à guerra, muito mais tarde celebrizado da *Donzela que vai à guerra*, era também conhecido na Península Ibérica e em Portugal¹⁵, embora em versões menos ousadas que normalizavam a participação da mulher nesses contextos bélicos.

Em tudo, portanto, referenciais muito distantes da imagem construída em torno de Brites de Almeida.

¹⁰ "Sermón de Aljubarrota, con las glosas de D. Diego Hurtado de Mendoza", pp. 43-81.

¹¹ Possivelmente Albardos ou Alvados, localidade junto a Porto de Mós (Cf. Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. I, Lisboa, 1873, p. 46).

¹² "Sermón de Aljubarrota, con las glosas de D. Diego Hurtado de Mendoza", p. 50.

¹³ De sete, oito ou dez referidos na *Crónica de D. João I*, passam a ser 14.

¹⁴ Veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, "A mulher e o trabalho nas cidades medievais portuguesas", *Revista Portuguesa de História Económica e Social*, 1987, pp. 45-63.

¹⁵ Tal como escreve Carolina Michaelis de Vasconcelos a propósito dos contributos literários de Jorge Ferreira de Vasconcelos em "Estudos sobre o Romancero Peninsular. Romances Velhos em Portugal", *Revista Cultura Española*, Madrid, 1907-1909, pp. 166-169. Cf. Fernando de Castro Pires de Lima, *A Mulher vestida de Homem (contribuição para o estudo do romance «A Donzela que vai à guerra»*), Coimbra, Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, Gabinete de Etnografia, 1958; Almeida Garrett, "Donzella que vae á guerra", *Romanceiro*, (dir. de Teófilo Braga), vol. II, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal, 1904, pp. 39-46.

No entanto, será ainda neste mesmo século XVI que outra menção é conhecida¹⁶, situando-se no tempo de D. Sebastião, altura em que Bartholomé de Villalba Y Estaña, em viagem pela capital portuguesa visita o porto de Lisboa e no “armazém que é a casa de armas do rei. (...) mostram [lhe] a pá da padeira, que com ela matou os castelhanos¹⁷”.

Formava-se, assim, no século XVI, pelo menos a partir de dois exemplos identificados, uma imagem de uma heroína feminina actuante no pós-Aljubarrota, imagem que, ainda, hoje, se mantém presente. É interessante seguir de perto a evolução deste personagem, tarefa que tivemos oportunidade de fazer de forma exaustiva numa outra ocasião¹⁸, pelo que neste momento, deixamos com o leitor apenas alguns exemplos desse percurso.

Era esperado que uma recordação desta índole voltasse a sobressair em alturas em que, pelo menos para alguns, as memórias de tempos gloriosos para a monarquia aparecessem como necessárias para minimizar desalentos e desilusões. Como se adivinha, as circunstâncias históricas que explicam o início da dinastia filipina em Portugal constituem um desses momentos, independentemente da incontestada legalidade das Cortes de Tomar de 1581. Num texto¹⁹, datado criticamente de c.1600²⁰ e intitulado “*relativo à Batalha de Aljubarrota e ao mosteiro da Batalha*” recuperam-se feitos da vida de D. João I e escreve-se claramente²¹: “...os tristes dos Castelhanos acodiram ao lume do forno sete ou oito que eram [...] a mulher como conheço deus tais gritos, tomando a pa do forno se foi a elles, e [...] daqui se disse, que huma forneira matava com a pá sete Castelhanos em Aljubarrota.”

Com o avançar do tempo e na senda de algumas medidas menos populares ditadas pela conjuntura da época e pela ausência do Rei das terras portuguesas, criou-se uma certa expectativa em volta do ano de 1610, data previsível para uma visita a Portugal por parte de Filipe II. Por coincidência esse ano viu sair a público uma edição de um poema de Rodrigues Lobo dirigido ao Condestável D. Nuno Álvares Pereira²², onde se menciona a Padeira de Aljubarrota. Não gostaríamos de ir mais longe na intencionalidade ou não que pode encerrar a coincidência cronológica apontada.

Por certo, outros momentos futuros fariam despertar, de novo, o tema, nomeadamente após a restauração de 1640, altura politicamente significativa

¹⁶ Sousa, Bernardo Vasconcelos e Nuno Gonçalo Monteiro “Aljubarrota – Memória Local e Memória Nacional”, 1987, p. 290 e nota 5.

¹⁷ Bartholomé de Villalba y Estaña; *Gianbatista Confalonieri, Por terras de Portugal no século XVI: O peregrino Curioso e Grandezas de Espanha*, (Introdução de J. Romero de Magalhães; apresentação de Fernando Bouza Alvarez), Lisboa, C.N.C.D.P., 2002, p. 91.

¹⁸ Maria Cristina Gomes Pimenta, *A Padeira de Aljubarrota*, em especial, pp.18-59.

¹⁹ Augusto Ferreira do Amaral, “A Padeira de Aljubarrota e uma Crónica tardia da Batalha”, in *Armas e Troféus – Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, IX Série (Janeiro - Dezembro), Lisboa, 2005, pp. 68-94.

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 66.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 86.

²² *O Condestabre de Portugal D. Nun' Alvres Pereira*, Lisboa, Officina de Joze da Silva Nazareth, 1785.

que, naturalmente fez vir ao de cima a recordação de uma heroína conotada com o estigma da independência do reino.

Frei António da Purificação na *Chronica dos Eremitas de S. Agostinho*²³ acentua uma referência recordatória aos tempos em que nos sermões proferidos por ocasião do 14 de Agosto era habitual haver uma menção laudatória à Padeira e às suas proezas. Também a *Monarquia Lusitana*²⁴ no volume escrito por Frei Manuel dos Santos assume a veracidade deste personagem: “He celebre ainda hoje a memoria da Forneira de Aljubarrota; porque levando da sua pá, que ainda se conserva, sahio também à caça de Castelhanos, e dizem, que à sua parte matou sete...”. Como é conhecido, a tendência da historiografia irá evoluir para exigências cada vez mais acentuadas no que concerne à sustentabilidade documental das afirmações feitas o que, evidentemente, relegava para plano secundário figuras lendárias como Brites de Almeida. No entanto, abriam-se portas para outro tipo de abordagens feitas ao tema, nomeadamente de carácter jocoso, cujas edições vão começar a aparecer. O *Auto novo e curioso da forneira de Aljubarrota em que se contem a vida e façanhas desta valorosa Matrona*, de Diogo da Costa, publicado em 1761²⁵, é, talvez, um dos exemplos mais expressivos desta tendência.

O século XIX e a corrente romântica que por ele se estende voltarão a corporizar a história da Padeira de Aljubarrota, ajudando, a nosso ver, de forma muito significativa, a fixar de forma definitiva esta referência na memória dos Portugueses. Importa, aqui, não deixar de relembrar a posição de Alexandre Herculano quando, nas *Lendas e Narrativas*²⁶, integra a figura de Brites de Almeida como personagem da Abóbada e, depois, pronuncia-se sobre a figura numa das suas intervenções no Panorama, nos seguintes termos: “Todavia, não seremos nós que desterraremos para o mundo dos phantasmas a famosa Brites d’Almeida, forneira d’Aljubarrota. Deixaremos os leitores ajuizarem da realidade, ou não realidade da sua existência...”²⁷. Esta opinião avalizada servirá os propósitos do século em que viveu e, também toda a produção que, sobre esta figura, se pode encontrar no nosso tempo.

Entre uma época e a outra escreveu-se muito sobre esta Padeira, caricaturaram-se políticos com os seus andrajosos trajes matando outros políticos junto de um forno, chorou-se perante uma heroína que, em face do amor impossível que sentia por D. Nuno Álvares Pereira, alimentou a veia romântica

²³ Frei António da Purificação, *Chronica da Antiquissima Província de Portugal da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho*, Parte Segunda, Livro VII, Título IV, Lisboa, Officina de Domingos Lopes Rosa, 1656. fl. 244v.

²⁴ *Monarquia Lusitana*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1988, Parte Oitava, p. 764.

²⁵ Lisboa, Officina de Francisco Borges de Sousa, 1761, obra recentemente publicada em Lisboa, Esfera do Caos, 2006, p. 49-66.

²⁶ Alexandre Herculano, *Lendas e Narrativas*, I, «A Abóbada», Lisboa, Círculo de Leitores, vol. VI, 1986.

²⁷ Alexandre Herculano, “A Padeira d’Aljubarrota”, in *O Panorama. Jornal litterario e instrutivo da Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis*, volume terceiro, Lisboa, Tipographia da Sociedade, de 28 de Dezembro de 1839, p. 413-414, republicado em *Composições Várias*, Lisboa, Aillaud e Bertrand, s/d [1839], p. 139.

de Faustino da Fonseca, logo em 1901, ganhou lugar de relevo nas edições do Secretariado de Propaganda Nacional e ilustrou, em fotografia de época, uma das páginas da *História de Portugal* dirigida por Damião Peres e Eleutério Cerdeira²⁸.

Por fim, importa concluir esta breve apresentação com a consciência de que observar com detalhe a formação deste tema literário enformado pela realidade histórica inerente a cada uma das épocas estudadas constitui um privilégio inegável que nos força a enfrentar uma última questão: qual o significado desta recordação nos dias de hoje? Em que medida se torna necessário sobrevalorizar este tipo de referenciais na nossa sociedade actual?

Tal como já escrevemos, acreditamos que

“...como aconteceu certamente no século de Aljubarrota, também hoje há diferentes horizontes de campos de batalha onde cada um de nós tem, diariamente, de escolher um lado para combater: se não contra outros, seguramente consigo próprio. E esta batalha interior é a maior das batalhas, aquela que qualquer Brites de Almeida de ontem ou de hoje por certo estará pronta para vencer”²⁹.

Somente por esta razão o tema em estudo tornou-se, em boa verdade, numa fascinante lição de vida de que deixamos, aqui, um breve testemunho.

²⁸ *História de Portugal*. (dir. Damião Peres e Eleutério Cerdeira), vol. II, Barcelos, Portucalense Editora, 1929, p. 391.

²⁹ Maria Cristina Gomes Pimenta, *A Padeira de Aljubarrota*, p. 58.

